

A MORAL E A ÉTICA: CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS E IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS

MORAL AND ETHICS: CONCEPTUAL CONSIDERATIONS AND SOCIOCULTURAL IMPLICATIONS

Lindomar Teixeira Luiz 1

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o conceito Moral a partir de diferentes enfoques sociológicos, procurando articulá-los com fenômenos socioculturais e políticos. Procuro discutir, numa perspectiva multidisciplinar, a relação entre a moral e ética, e expor os conceitos de Moral Ética, Moral não Ética e Ética Plena Ideal. Apresento três definições acerca da ética: 1) Ética enquanto um estudo sistematizado da moral; 2) Ética se referindo aos princípios norteadores das ações humanas; e 3) Ética ligada às condições socioeconômicas, culturais e ambientais da sociedade (aspectos transindividuais da ética). Termino discorrendo sobre dimensão cética acerca da ética, para tanto procuro argumentar que, em razão dos impasses apresentados por determinados dilemas éticos, não há resultados plausíveis - para tais dilemas - sem que a dimensão cética não esteja presente.

Palavras-chave: Moral; Ética; Moral Ética; Ética Plena Ideal; Ceticismo Ético.

Abstract: This article aims to analyze the Moral concept from different sociological approaches, seeking to articulate them with sociocultural and political phenomena. I seek to discuss, in a multidisciplinary perspective, a relation between moral and ethics, and to expose the concepts of Moral Ethics, Moral Non-ethical and Full Ideal Ethics. I bring forward three definitions of ethics: 1) Ethics as a systematized moral's study; 2) Ethics regarding the guiding principles of human actions; and 3) Ethics linked to society's socioeconomic, cultural and environmental conditions (transindividual aspects of ethics). I end up by discussing the skeptical dimension on ethics, for which I try to argue that, due to presented impasses determined by ethical dilemmas, there are no plausible results - for such dilemmas - with the skeptical dimension not being present.

Keywords: Moral; Ethic; Moral Ethics; Full Ideal Ethics; Ethical skepticism.

Doutor em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP de Franca). Professor efetivo (concursado) nas disciplinas Sociologia e Antropologia Filosófica na UNIFAI (Centro Universitário de Adamantina), onde leciona, desde 1996, as disciplinas Sociologia, Antropologia e Filosofia em inúmeros cursos de graduação (Psicologia; Administração de Empresas; Serviço Social; Enfermagem; Nutrição, Engenharia Civil, Direito e Medicina Veterinária). É professor da UNOESTE (Universidade do Oeste Paulista), desde 1996, no curso de Psicologia, onde ministra a disciplina Indivíduo, Cultura e Sociedade e Engenharia Civil onde ministra a disciplina Ciências Humana e Sociais. É Coordenador do curso de pós-graduação: Gestão em políticas sociais e trabalho social com famílias, onde ministra a disciplina: A pós-modernidade e a família; Atua principalmente nos seguintes temáticas: Cidadania; Teoria do conhecimento; Cultura; Ética e moral. Pós-modernidade; Ideologia e Família. E-mail:lindomar@fai.com.br

Introdução

O presente artigo é um ensaio multidisciplinar (antropologia, filosofia e sociologia) sobre a moral e a ética, visto que proponho uma leitura sobre estes temas a partir da contribuição de diferentes autores da filosofia e das ciências sociais (antropologia e sociologia). Início o artigo definindo os conceitos moral e ética. Procuo discutir o conceito moral numa perspectiva sociológica, para tanto, recorro a diferentes enfoques sociológicos. Ao definir a ética utilizo de três diferentes abordagens. Ética enquanto filosofia da moral; ética sendo um conjunto de princípios e ética concernente aos seus aspectos *transindividuais*: melhoria social-democrática, melhoria afetiva, melhoria cultural e melhoria ambiental. Nesta última definição (aspectos *transindividuais* da ética) faço algumas considerações demonstrando o que motivou a sua elaboração, a saber, a necessidade de mudar o eixo analítico sobre a ética, da filosofia para a sociologia.

Em seguida, elaboro três conceitos para analisar o intrincado e complexo conjunto de problemas que envolvem a temática da moral e da ética: *Ética Plena Ideal*, *Moral Ética* e *Moral não Ética*. Estes conceitos são fundamentados a partir do diálogo com outros autores, juntamente com exemplos de situações que tem como eixo principal a moral e a ética. A elaboração destes conceitos surgiu a partir de estudos sobre a relação entre ética e moral. Ou seja, como responder questões que envolvem a relação entre a ética e moral: Como diferenciar o conceito ética do conceito de moral? Toda moral é ética? A moral pode não ser ética?. Enfim, os conceitos *Ética Plena Ideal*, *Moral Ética* e *Moral não Ética*, foram criados para tentar responder, de forma mais consistente, estas e outras questões.

Na parte final apresento um fundamento cético para analisarmos a ética. Procuo questionar qual o critério para sabermos se realmente fazemos algo motivado apenas por princípios: há motivações subjetivas que vão além dos princípios, tais como interesses, hábitos, sentimentos etc. Argumento ainda, no âmbito do ceticismo, ancorado em alguns exemplos, que em determinados dilemas éticos¹ não temos como resolvê-los de forma que não tenhamos dúvida. Isto ocorre de maneira recorrente quando nossas ações contemplam interesses, visões de mundo e ideologias. Assevero que a certeza está próxima da moral e a dúvida, da ética. Moral é algo *pré-reflexivo*. Ética faz pensar, discutir e duvidar, por isso é sempre mais difícil: ela nos angustia, incomoda, mas contribui para que sejamos melhores.

A Moral

A moral pode ser definida como sendo um conjunto de valores, regras e normas que predeterminam determinadas condutas dos indivíduos e são construídas socialmente. Esta definição está ancorada na sociologia de Durkheim (1994), uma vez que, para este autor, não é o *sujeito individual* o protagonista da gênese da moral; ele não é o agente que julga o certo e o errado, o justo e o injusto... Quem tem a prerrogativa de caracterizar a moral, de julgar o certo do errado, de dizer o que é justo e o injusto? É o *sujeito coletivo*: a sociedade, posto que “a opinião pública traz de suas origens uma autoridade moral pela qual se impõe aos particulares...” (Durkheim, 1994, p. 54).

Se a moral é caudatária da sociedade, o que é a sociedade?. Para Durkheim ela não é a simples soma das individualidades, ela é o resultado das interações sociais, isto é, a sociedade resulta da associação e da fusão de diferentes ideias, valores e crenças dos indivíduos. Portanto, “a sociedade não compreende outras forças atuantes senão as dos indivíduos; somente os indivíduos, unindo-se, formam um ser psíquico de espécie nova” (Durkheim, 1994, p.350). Esta concepção acerca da moral, ainda que tenha sua relevância analítica, é insuficiente à luz da reflexão crítica de cunho marxista: há uma abstração concernente à base material da sociedade e se ignora a estrutura classista constituinte da nossa sociedade capitalista.

De acordo com a visão marxista, a moral é resultante de um conjunto de relações de produção articuladas com a base material da sociedade, ou seja, o estágio de desenvolvimento das forças produtivas envolvem as relações de produção contribuindo para o surgimento da moral, que compõe a superestrutura da sociedade. Assim, “a totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a uma superestrutura”

¹ O dilema ético existe quando há situações em que temos *duas formas* de agir consideradas virtuosas, mas somos obrigados a optar apenas por *uma* delas, ou seja, “só tenho dilema se tiver que escolher entre opções que são boas” (GIKOVATE & RIBEIRO, 2012, p. 97)

(MARX, 1999, p.52). Um exemplo. No início do século 20 a sociedade brasileira possuía valores morais extremamente rígidos e machistas: as mulheres deveriam ser submissas e castas. Estes valores morais, que impunham resignação e castidade às mulheres, foram sendo minados pela sociedade industrial à medida que nesta nova sociedade (sociedade industrial) a mulher tem mais oportunidade de exercer um trabalho que tem a função intelectual. Este tipo de trabalho, aliado ao surgimento da pílula anticoncepcional (redução da taxa de natalidade), contribuíram para o processo de emancipação feminina e, por conseguinte, para o surgimento de outros valores morais, contrários à submissão e castidade feminina, a saber, valores em consonância com a emancipação feminina: igualdade de gênero, maior autonomia e liberdade, poder feminino, maior liberdade sexual etc.

Quanto à dimensão classista da sociedade e suas implicações na moral, a abordagem marxista também tem muito a dizer. Gramsci (1976) é um dos intelectuais que mais contribuiu para pensar questões relativas à cultura e à moral. Seu ponto de partida concerne a sua nova concepção sobre o Estado, que passa a ser entendido como sendo “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com a quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados” (GRAMSCI, 1976, p.87).

Nesta ótica, o referido autor faz uma subdivisão do Estado em duas esferas: sociedade política, para a qual converge o poder de repressão da classe dirigente (governo, tribunais e polícia) e a sociedade civil, onde a classe dominante consegue o consentimento dos dominados, que se obtém através da ideologia (concepção de mundo). Esta ideologia é veiculada e imposta a todas as classes, por intermédio das associações e instituições como igrejas, escolas, sindicatos, meios de comunicação e outros setores da sociedade civil. Assim, quanto maior o poder da ideologia, mais expressivo é o consentimento entre as classes dominadas, tornando desnecessário o poder de repressão e, por conseguinte, o uso da violência, ou seja, “quanto maior o consenso, e menos necessária a violência, mais estável será a dominação de classe” (ROUANET, 1978, p.73). Enfim, através da ideologia inculcada nos indivíduos, condiciona-os a captar o real de determinadas maneiras, bem como fornece um código moral que os condiciona a certas práticas e obrigações. De acordo com esta ótica, a moral existente na sociedade não é - como coloca Durkheim - a expressão da sociedade, mas tão somente das classes sociais dominantes. Estas duas abordagens acerca da moral, ainda que paradoxais, se complementam, por isso elas serão utilizadas no intuito de analisar de forma mais consistente o tema proposto. Parece-me insensato conceber nossa moral *totalmente* atrelada à concepção de mundo das classes dominantes, assim como não é plausível abordá-la somente como resultante da sociedade, como entende Durkheim. Proponho um enfoque contemplando ambas as abordagens, que será explorado a seguir.

A partir dos pressupostos colocados, assevero que a moral é construída socialmente; é transmitida pelas tradições e costumes historicamente herdados, que estão permeados por concepções de mundo das classes dominantes; e são fruto de fenômenos sociais articulados com a dimensão material, e por fim, são também gestados a partir da realidade da vida cotidiana dos membros da nossa sociedade. A moral é algo que se aprende de forma *pré-reflexiva e espontânea*: respeitar os mais velhos; não roubar; ser honesto; ser trabalhador etc. Outro atributo característico da moral é a noção de dever, de obrigação, ou seja, a moral implica sempre numa autoridade que se impõe aos sujeitos a partir de certas obrigações. Os papéis sociais são cruciais neste aspecto, porque eles são executados a partir de padrões de comportamentos inerentes à moral. Assim, sentimo-nos obrigados a cumprir os deveres morais atribuídos aos papéis sociais (pai, professor, mãe, policial etc) (DURKHEIM, 1994).

Em nossa sociedade há uma moral predominante. Esta moral, por um lado, é aquela que está presente nas instituições sociais: família, instituições religiosas, escola, meios de comunicação, judiciário, universidade, organizações públicas e privadas; ela - *quase sempre* - está em sintonia com os valores das classes dominantes. Esta moral predominante também fornecerá os parâmetros pelos quais vamos nos relacionar com os outros seres humanos; ela irá apresentar para os membros de uma determinada sociedade, o que é certo e errado; o que é o bem e o mau; o que é permitido ou proibido; o que é sagrado e profano etc. Por outro lado, esta moral predominante é também o resultado de todas as classes sociais comungarem dos *mesmos processos sociais, culturais, econômicos e históricos* existentes em nossa sociedade. Por exemplo, a moral cristã - que permeia

toda sociedade - se confunde com a história da formação da sociedade brasileira, isto é, além dela se fazer presente nas instituições, ela também faz parte da história da sociedade brasileira.

Nem sempre nesta moral predominante o consenso está presente, isto é, as contradições outrossim lhes são inerentes, haja vista que as instituições além de não serem homogêneas, elas são frequentadas por grupos e classes sociais, que tem valores morais, às vezes, diferentes. Estas contradições são melhor exploradas a seguir. Em nossa sociedade além da moral predominante existem outras morais. Há grupos de operários das cidades, trabalhadores do campo, grupos marginalizados (bandidos, traficantes, prostitutas), minorias, como gays, lésbicas, travestis e transexuais; grupos urbanos, campos científicos, campos jornalísticos etc. Cada grupo ou campo há *uma moral* diferente, pois “culturas e sociedades fortemente hierarquizadas e com diferenças de castas ou de classes muito profundas podem até mesmo possuir várias morais, cada uma delas referida aos valores de cada casta ou de uma classe social” (CHAUI, 2003, p. 310). Um exemplo. Educar os filhos implica reprodução de regras, normas e valores morais, que está intrinsecamente atrelado à dimensão socioeconômica. Pois bem, nas classes populares os filhos são criados com acentuada liberdade no sentido de não super protegê-los - como ocorre nas classes médias -, as crianças crescem e convivem frequentemente não apenas no espaço da casa, mas no espaço público: ruas, espaços de lazer, praças etc. Nas famílias de classes populares da sociedade brasileira, existem tendências mais acentuadas de se reproduzir valores tradicionais, ou seja, “há um padrão tradicional de autoridade e hierarquia” (SARTI, 2003, p.20), que não se encontra nas famílias das classes médias - quase sempre com melhor grau de instrução -, pois há tendências mais individualistas e liberais.

Estas diferenças socioculturais e econômicas (apontadas acima) - além de contribuir para a existência de outras morais - podem *filtrar* de forma específica àquela *moral predominante*, isto é, as distintas realidades socioeconômicas e culturais interferem no processo de reprodução da moral predominante. Explico com exemplos. Nas famílias pertencentes a classes sociais diferentes, o *sentido* de certos valores morais também é muito diferente, visto que

as crianças das classes inferiores não somente absorvem uma perspectiva própria da classe inferior a respeito do mundo social, mas absorve esta percepção com a coloração particular que lhe é dada pelos seus pais.. (BERGER & LUCKMANN, 1991, p.176).

O outro exemplo vem do conceito trabalho. A moral predominante apresenta o trabalho como um valor moral, contudo o *sentido do trabalho* para o universo dos pobres é outro, ele está ligado a *outro valor moral*, qual seja, a “ética de provedor”. Nas palavras de Sarti (2003): “a ideia do trabalho, para os trabalhadores urbanos... não advém do valor moral da atividade em si, mas do papel de provedor da família... configurando, portanto, uma “ética de provedor” (SARTI, 2003, p. 49). Portanto, a moral predominante é alterada em razão da diversidade socioeconômica e cultural apresentada pelas complexas e diversas realidades da nossa sociedade.

A moral é explicitamente relativa, cada sociedade em momentos históricos específicos elabora sua moral predominante de forma diferente. A moral “significa os hábitos de conduta e de comportamento instituídos por uma sociedade em condições históricas determinadas” (CHAUI, 2003, p.307). Por exemplo, entre os esquimós faz parte da sua moral “socializar” as mulheres, o que em nossa sociedade é imoral, uma vez que temos como parâmetro a irrestrita fidelidade conjugal entre os cônjuges ou namorados. Ademais, aquilo que era proibido numa época pode não ser em outra e vice-versa. Desta forma, aquele que não se submete aos valores morais predominantes da sociedade em que se vive é tido como imoral². Assim, para a nossa sociedade é imoral a prostituta, ladrão, desonesto, o assassino etc. Entretanto, as coisas são mais complicadas, senão vejamos.

² O comportamento e as ações podem ser morais ou imorais mas podem ser também amorais. A ação e o comportamento que são determinados pela da natureza são amorais (COMTE-SPONVILLE, 2005). Nesse sentido, não se pode falar que o tsunami ou um furacão (que destruíram e fizeram inúmeras vítimas) foram imorais, eles foram amorais. Há ações presentes no ser humano que são amorais: tendo a presença de outras pessoas na mesa de jantar, posso cometer a deslealdade de escarrar na hora da refeição, que fere a moral, nesse sentido sou imoral. Contudo, se não posso conter um espirro ou uma tosse não necessariamente serei imoral, aí sou amoral, porque não tenho nenhum controle sobre estes fenômenos, que são determinados pelos mecanismos fisiológicos da natureza do meu corpo.

Não seria imoral àquele que vive de dinheiro aplicado e de exploração do trabalho? Não é imoral o homofóbico? Não é imoral o preconceito contra pobre? E aquele que critica a moral predominante, não é imoral?. Enfim, o parâmetro que temos para dizer se algo é moral ou imoral é, quase sempre, a *moral predominante*, que censura, reprime e penaliza tudo que não estiver em sintonia com as instituições e, por conseguinte, com as classes dominantes da sociedade. Nesse sentido, não há como se falar de moral de forma isolada, ela está ligada, fundamentalmente, à concepção de mundo (ideologia no sentido gramsciano) das classes dominantes.

Significativa parte de nossas ações e comportamentos no cotidiano são motivados por valores morais (seja a moral predominante, seja a moral apresentada pelo grupo de referência), que são inculcados no transcorrer do processo de socialização, seja pela família, seja por inúmeras outras instituições presentes na sociedade. Os comportamentos e ações em sintonia com a moral não são inatos, mas tão somente aprendidos e internalizados. Primeiramente através da coerção. Fica evidente o aspecto da coerção no processo de socialização da criança quando os pais educam seus filhos: tem que estudar! Escovar os dentes! Respeitar os mais velhos! Cumprir os deveres! etc. À medida que crescemos incorporamos tais valores morais como se fossem inerentes ao nossa essência, mas são aprendidos. É como acreditar em algo sobrenatural. Na verdade nascemos sem nenhuma crença, esta será transmitida por nossa família, bem como por outras pessoas e instituições religiosas.

A família é um grupo social central para a realização da aprendizagem dos valores morais, uma vez que a aprendizagem se efetiva com fortes gradações de afeto, assim como pela imitação dos filhos junto àqueles que os cuidam. Esta primeira fase de aprendizagem chamamos de socialização primária, “que é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade” (BERGER & LUCKMANN, 1991. p. 175). Nesta socialização, a aprendizagem não transcorre apenas pela *dimensão cognitiva*, ela também implica a formação da identidade da criança através dos processos de identificação. Afora a identificação, ocorrem também complexos processos inconscientes, através de um olhar, um gesto, um beijo, um tom de voz etc.: isso tudo é matéria prima para a aprendizagem dos valores morais. Além da família, na sociedade atual, a escola, as instituições religiosas, os meios de comunicação social, juntamente com estilos de vida, decorrentes da base material da sociedade, contribuem no complexo processo de produção e reprodução dos valores morais.

Definições de Ética

Ética é a filosofia da moral ou ciência da moral: “é uma reflexão que discuta, problematize e interprete o significado dos valores morais” (CHAUI, 2003, p.310). A ética se constitui numa análise reflexiva acerca da moral, pensando os fundamentos, discutindo, problematizando, contextualizando, observando as suas implicações e consequências socioculturais e ambientais. O estudo da ética tem sua gênese na filosofia grega de Sócrates e permeia a reflexão de diferentes pensadores seja da filosofia, seja de outras ciências sociais, como a antropologia, sociologia e psicologia. Trata-se de um assunto complexo e bem plural. É um tema em que é imprescindível uma abordagem multidisciplinar, visto que envolve fenômenos sócio históricos, culturais, ambientais e subjetivos. A segunda definição de ética apresento logo a seguir.

Ética é o conjunto de *princípios* construídos a partir da reflexão sobre os valores morais que orientam nossas ações e comportamentos no sentido de melhorar nossa vivência e convivência em sociedade, e nossa relação com o meio-ambiente, isto é, “ética é o conjunto de valores e princípios que você e eu utilizamos em nossa conduta” (CORTELA, 2013, p.51).

Os princípios éticos fundamentais para a vida em sociedade são os valores da justiça, tolerância, solidariedade, responsabilidade, democracia, liberdade, compaixão, respeito, dignidade, igualdade e prudência. Estes princípios devem existir tanto num plano individual quanto coletivo e, dessa forma, presentes no *conjunto das instituições* que compõem a sociedade, como bem ressaltou Hegel, segundo Freitag (1994), à medida que ele procura pensar a ética, não apenas no âmbito individual das ações - ênfase apresentada por Kant -, mas a partir do corpo social, o conjunto das instituições. Portanto, com Hegel, se inicia uma profunda alteração no campo da reflexão acerca da ética, pois a ênfase no polo filosófico cede espaço para se analisar a ética a partir do enfoque sociológico (que será aprofundado por Marx ao fazer a crítica à sociedade capitalista),

por isso “Hegel deixa claro que o ponto de vista moral do sujeito, com sua ação e seu julgamento, não faz sentido fora do corpo social” (FREITAG, 1994, p. 58.). Há a vontade *subjetiva individual* e a vontade *objetiva cultural*, a primeira é radicada no indivíduo, enquanto a segunda se circunscreve no conjunto das instituições que compõem a sociedade: família, ciência, escola etc. “A vida ética é o acordo e a harmonia entre a vontade individual subjetiva e a vontade objetiva cultural” (CHAUI, 2003, p.318). Enfim, não faz sentido os princípios éticos existirem apenas nas práticas individuais se eles não permeiam o conjunto da sociedade, como nas famílias; nos meios de comunicação; nas escolas; nas faculdades; nas entidades de classes; nas instituições jurídicas; nas empresas, entre outras.

Ao definir ética como sendo “*Princípios que orientam nossas ações*” considero importante ressaltar o agente ético. Quando falo *orientam* nossas ações, este termo tem um *significado importante*, porque implica na existência de um agente *consciente, com posturas dialógicas e responsáveis por suas ações e comportamentos*. Explico. Se as ações motivadas pela moral são pré-reflexivas, as motivadas por *princípios* (éticos) exigem do indivíduo posturas mais conscienciosas, por isso que uso a palavra *orientam* ao invés de usar *determinam* nossas ações e comportamentos. Nesse sentido,

Para que haja conduta ética é preciso que exista o agente consciente, isto é, aquele que conhece a diferença entre bem e mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício... Consciência e responsabilidade são condições indispensáveis da vida ética... Tem a capacidade para avaliar e pesar as motivações pessoais, as exigências feitas pela situação, às consequências para si e para os outros, a conformidade entre meios e fins... (CHAUI, 2005, p.308)

Os princípios não são regras e normas rígidas que o indivíduo iria assimilar e reproduzir mecanicamente no seu cotidiano, eles são parâmetros para que se possa efetuar uma escolha mais sensata para todos envolvidos em determinado dilema ético. Portanto, há uma diferença fundamental entre ética e moral. A ética envolve, a partir de estudos de Chauí (2003), um sujeito responsável, consciencioso, aberto ao debate e motivado por princípios: suas ações são deliberadas, a moral não necessariamente. Há, evidente, outras características do sujeito ético, tais como, equilibrado emocionalmente; consciente da moral de sua sociedade; livre, no sentido de escolher algo sem coerção ou movido por impulso, desejos e motivações exclusivamente particulares; consciente das consequências das suas escolhas para si e para os outros; suscetível ao diálogo democrático para efetuar suas escolhas, tolerante e flexível para contemplar diferentes interesses individuais, bem como interesses coletivos e ambientais. A seguir, apresento a terceira definição de ética.

Ética é o conjunto de condições sociais, econômicas, culturais e ambientais voltados para a melhoria de vida dos membros da sociedade: são os aspectos *transindividuais* da ética, que serão apresentados mais adiante. Tudo àquilo que possa garantir o desenvolvimento das potencialidades humanas está em consonância com a ética, isto é, o desenvolvimento intelectual, afetivo, moral, social, cognitivo, cultural e ambiental. Esta concepção acerca da ética, quase sempre, encontra respaldo em autores marxistas, visto que efetuam críticas as injustas condições sociais inerentes à sociedade capitalista. As reflexões de Cristovam Buarque (1994), ao analisar nossa sociedade contemporânea, se aproximam desta definição de ética acima comentada, uma vez que em vários textos este autor procura apresentar uma análise socioeconômica enfatizando a dimensão ética. Para tanto, ele trabalha com os conceitos *modernidade-técnica* e *modernidade-ética*. Na modernidade-técnica “o avanço técnico define a **racionalidade econômica**, subordinado a ela os **objetivos sociais** e ignorando os valores éticos”; enquanto na modernidade-ética é o contrário, ou seja, “os **valores éticos** da sociedade é que definem os **objetivos sociais**, e estes, por sua vez, **a racionalidade econômica**” (BUARQUE, 2001, pp.223-224). Não há, é claro, uma intenção de Buarque, nas suas análises, em definir o conceito ética, entretanto, sua obra sinaliza um olhar sociológico concernente à ética: é exatamente isto que quero ressaltar.

Enfim, tudo aquilo que viabiliza um avanço em atributos humanos voltados para propiciar,

individualmente e coletivamente, condições e situações para que possamos viver melhor, com dignidade, respeito, liberdade... etc. pode ser considerado ético.

A Ética Plena Ideal, Moral Ética e a Moral não Ética

Neste item vou apresentar e discutir os conceitos: Ética Plena; Moral Ética e Moral não Ética. Começarei com um exemplo sobre a ação ética (motivada por princípios) e moral. Encontrei a bolsa de uma colega de trabalho que a esqueceu num determinado lugar, ao constatar que nela há apenas 20 reais eu a devolvo com o argumento que não fiquei com ela em razão da quantia irrisória de dinheiro (20 reais). Fui ou não ético? Ora, o fato de devolvê-la é um ato em sintonia com a moral, mas em razão de não ser motivada *por princípios* não foi ética. Se devolvo a bolsa justificando que não é *justo* nem *solidário* ficar com um bem alheio é diferente, isto é, não é somente moral, mas também ético, ou seja, fui motivado por princípios de justiça e solidariedade.

A partir do exposto acima, vou chamar de *Ética Plena Ideal* a ação dos indivíduos em que estejam contemplados os atributos anteriormente elencados, baseados nas análises de Chauí (2003): Ação motivada por princípios: tolerância, solidariedade, justiça, liberdade...; Ação efetuada de forma deliberada, com um sujeito consciente; Ação baseada nos valores morais da nossa sociedade; Ação realizada pelo sujeito: equilibrado emocionalmente, livre, democrático, flexível, orientado para contemplar diferentes interesses (individuais, coletivos e da natureza) e ciente dos possíveis efeitos de suas ações. O conceito *Ética Plena Ideal* se faz necessário para que possamos diferenciar o conceito ética do conceito de *moral* - ou melhor das ações morais-, porque há situações em que a moral se *aproxima* da ética, mas não podem ser consideradas éticas. Além disso, há conteúdos da *moral* que não são *nada* éticos à medida que eles vão de encontro com os preceitos da *Ética Plena Ideal* (Ação baseada em princípios, consciente...). A seguir farei uma relação entre a moral e a ética.

Pelo que disse anteriormente, a moral é algo prático, presente no cotidiano e, por conseguinte, pré-reflexivo. Enquanto a ética se situa num plano mais teórico (ação motivada por princípios: justiça, liberdade...) agente consciencioso, democrático... etc. Sendo assim, qual a relação entre ética e moral? Toda moral é ética? Sem tergiversar: nem sempre a moral é ética. A moral pode estar em sintonia com a ética. Quando isto ocorre temos uma *Moral Ética*, mas a moral, sendo pré-reflexiva e ausente de princípios (ou se eles existirem não é *consciente* pelo agente, diferente da ação ética), não contempla a *Ética Plena Ideal*. Esclareço. O exemplo da bolsa que apresentei anteriormente será elucidativo. Suponho que eu seja um analfabeto que nunca refleti questões sobre ética e eu encontre a bolsa da minha colega com 20 reais e a devolvo dizendo que não é "certo" ficar com algo dos outros. Evidente que o "certo" tem um senso de justiça, mas me parece ausente uma plena consciência sobre este princípio, portanto a minha ação é *Moral Ética* e não *Ética Plena Ideal*. Para complicar mais. Sou analfabeto e devolvo a bolsa por medo de ser descoberto ou por hábito, minha ação tem sintonia com a ética, ou seja, ela é *Moral Ética* e não *Ética Plena Ideal*. Outro exemplo. O Japão é dos países mais "éticos" (na verdade tem uma *Moral Ética*) do mundo, você pode, deixar seu carro na rua com a chave no contato e ninguém mexer. Também é do Japão a situação apresentada a seguir. Uma aluna brasileira esqueceu a bolsa no trem e ficou apavorada imaginando que ia roubá-la, quando a funcionária, japonesa, estranhou este comportamento da aluna - sabendo que ninguém ia mexer em sua bolsa - respondeu: "Calma: o trem vai voltar...". Portanto, para os japoneses faz parte do hábito o agir de forma justa. Contudo, suas ações no cotidiano não são reflexivas, são pré-teóricas e podem não ser motivadas por princípios..., mas, no entanto, elas podem ser justas. Por isso, as referidas ações são motivadas pela *Moral Ética* e não *Ética Plena Ideal*. Há inúmeros outros exemplos para demonstrar a existência de princípios éticos na moral (*Moral Ética*) em nossa sociedade: não roubar; o dever dos membros da família de cuidar de seus idosos, de suas crianças e de seus dependentes de forma geral; a solidariedade; a honestidade; o senso de justiça; a humildade; os valores que enaltecem o trabalho entre muitos outros.

Ocorre que *nem tudo* presente na moral é ético (Como disse anteriormente: nem toda moral é ética). Quando isto ocorre? Quando a moral apresentar conteúdos que vão de encontro aos *princípios éticos* descritos acima, que são o respeito, a tolerância, a liberdade, a justiça, a democracia, etc. Um exemplo elucidativo. Há estudos de antropologia (Sarti, 2003) demonstrando que entre as famílias pobres, de nossa sociedade, há uma predominância de valores hierárquicos,

que se configuram em práticas nada democráticas dos homens para com as mulheres, bem como a presença de profunda iniquidade entre o casal, porque as atividades da casa quase sempre são realizadas pelas mulheres, isto é, não há um equilíbrio justo na feitura das atividades.

Enfim, os valores morais do grupo familiar (Sarti, 2003) não garantem *igualdade e liberdade democrática* para com as mulheres, logo não tem nada a ver com a ética. Em outras palavras, são moralmente aceitáveis ao grupo social de referência, mas se apresentam numa evidente afronta à liberdade e à justiça, configurando em práticas motivadas pela moral, que se separa dos princípios éticos: temos aí uma *Moral não Ética*. O outro exemplo vem do tráfico de drogas. Muitos dizem que entre os traficantes existe uma “ética”. Nada disso. Ética implica na observância dos princípios de liberdade, solidariedade... se tais princípios não são minimamente garantidos, não há como se afirmar que existe ética. A lista de exemplos de *Moral não Ética* é extensa: os racistas, os machistas, os homofóbicos, os terroristas, os “justiceiros” etc todos agem motivados em valores supostamente éticos, quando na verdade são práticas orientadas por uma moral que não está em sintonia com a ética, ou seja, uma *Moral não Ética*.

Aspectos Transindividuais da Ética

As reflexões acerca da ética, como se sabe, tem seu início na filosofia Grega com Sócrates e continua com inúmeras outras abordagens de diferentes matizes, mas tendo algo em comum: o eixo central em que se pensa a ética é de natureza filosófica e não sociológica. Assim, a tendência das investigações que abordam a ética é não dar à devida atenção à dimensão social. Neste aspecto, de acordo com Freitag (1992), ocorreu uma mudança de paradigma com o pensamento de Hegel. O foco até então convergia para o eixo filosófico, que doravante começa a ser alterado para o eixo sociológico. Se em Hegel há evidentes sinais para tal deslocamento, é no pensamento de Marx que a análise sociológica é priorizada no que tange a ética. (FREITAG, 1992.). A crítica de Marx à sociedade capitalista contempla também uma crítica endereçada à forma como os filósofos vinham pensando sobre a ética, isto é, separada da vida material com suas múltiplas e complexas implicações: condições de vida do proletariado; luta de classes; papel do Estado; alienação do trabalho; dominação de classe etc.

Feito estas breves considerações, agora tenho elementos para justificar o que estou chamando de *Aspectos Transindividuais da Ética*. O que seriam?. É o conjunto complexo e diverso de condições sociais, econômicas, culturais e ambientais que possibilitam a efetivação da ética na sociedade. Ademais, é tudo aquilo que valoriza o ser humano e o meio-ambiente. Que ações valorizam o ser humano e o meio-ambiente? Tudo que propicia uma melhoria social e democrática, afetiva, cognitiva, cultural e ambiental valoriza o ser humano e a natureza. Portanto, minha intenção é abordar a ética a partir do olhar voltado para um conjunto de condições inerentes à sociedade. Num certo sentido, tais aspectos vêm sendo trabalhados, fundamentalmente por teóricos marxistas: a ética não pode se limitar ao *agir dos indivíduos*, ela deve ser pensada contemplando aspectos múltiplos da sociedade. Há, nesse sentido, situações que somente o *agir do sujeito* não da conta da ética. Existe ética quando os direitos da cidadania são violados? E no desemprego? E na injusta desigualdade social? Enfim, são muitas as questões que ignoramos quando não abordamos os *Aspectos Transindividuais da Ética*. Estes aspectos são compostos por cinco itens, que serão comentados a seguir, ainda que de forma bastante lacônica.

1-Melhoria social e democrática. Não vou entrar na discussão sobre os mecanismos para conseguir tais melhorias, pois além de complexo fugiria do objetivo deste artigo. Quando falo em melhoria social estou me referindo a um conjunto de condições socioeconômicas que possam garantir sobrevivência material, dignidade e igualdade de oportunidades para os indivíduos membros de uma sociedade. Sintetizo este complexo conjunto à Cidadania e aos Direitos Humanos. Cidadania pode ser definida como a condição, conquistada pela sociedade civil, em que o sujeito tem garantidos pelo Estado - por meio do aparato legal - direitos *políticos*, que é a “participação do cidadão no governo da sociedade” (CARVALHO, 2002, p.9); *civis*, que se referem aos “direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e igualdade perante a lei” (CARVALHO, 2002, p.9) e *sociais*, que “garantem a participação na riqueza coletiva” incluem também o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria” (CARVALHO, 2002, p.10). Os Direitos Humanos são direitos universalmente postulados, nem sempre efetivados, que prezam pela dignidade

humana no aspecto, cultural, político e material.

Imprescindível também é a existência do Estado democrático de direito e, concomitantemente, uma sociedade democrática. Por um lado, “a democracia é a única forma política que considera o conflito legítimo e legal, permitindo que sejam trabalhados politicamente pela própria sociedade” (CHAUI, 2003, p.404); por outro, além do sufrágio universal e respeito pelas minorias, a sociedade democrática institui direitos (CHAUI, 2003).

2- Melhoria afetiva. Refiro-me a toda e qualquer relação e situação que produz bem estar subjetivo dos indivíduos, tais como o carinho, a polidez, amor, cuidado com o corpo, alegria, a risada, a diversão, o bate papo, o entretenimento, as relações sexuais, o respeito, a liberdade, a solidariedade e compaixão entre os membros da família, grupos de amigos e ou em quaisquer espaços públicos, em que há relações sociais, boa parte dos atributos acima podem ser contemplados (respeito, polidez...)

3-Melhoria cognitiva. É um conjunto de situações e de relações que possam ampliar nosso conhecimento com vistas a transformá-lo em *sabedoria*, garantindo de uma forma ou de outra nosso bem estar. Como se sabe, o fundamento principal da ética para os gregos antigos é a sabedoria, que tem a ver com as virtudes; os vícios se atrelam à ignorância. Para os gregos antigos “é sujeito ético e moral somente aquele que sabe o que faz... Sócrates afirma que somente o ignorante é vicioso ou incapaz de virtude” (CHAUI, 2003, p.311). Todavia, neste item quero chamar a atenção não apenas para a associação entre ética e sabedoria, mas aos elementos que *viabilizam* ou podem *gerar* a sabedoria, que é a *promoção cultural* (teatro, música, dança, literatura etc) e a *educação formal*, uma vez que “a ética deve ver a educação e o enriquecimento cultural como um objetivo em si” (BUARQUE, 1994, p.129,).

4-Melhoria cultural. É àquela em que a pluralidade³ de aspectos culturais são cultivados e respeitados, desde que se garanta os anseios de todos sem preconceito ou qualquer forma de discriminação, ou seja, “a visão de um mundo idêntico nos gostos, nos valores e nas opções estéticas e éticas deve dar lugar a um mundo capaz de não apenas tolerar, mas de ver riqueza na diversidade entre as sociedades” (BUARQUE, 1994, p.166). Os meios de comunicação social - principalmente a televisão - estão na contramão desta pluralidade, visto que expressam os valores e interesses de seus proprietários ou de sua classe social, que construiu uma falaciosa “identidade nacional”, que mutila e não contempla a pluralidade e diversidade nacional (PRIOLLI, 2003). Portanto, a “identidade nacional” produzida pela mídia se apresenta como antítese do meu argumento neste item, que é ressaltar a *ausência* de modelos tidos como ideais: modelo de família; modelo de beleza; modelo de estilo de vida; modelo de orientação sexual; modelo de crença religiosa etc.

5-Melhoria ambiental. Concerne às diversas ações visando minimizar e eliminar impactos ambientais, e conservar o meio-ambiente, utilizando os recursos de forma racional. Este aspecto da ética difere de todos os outros, visto que ele não visa apenas o bem estar dos seres humanos, pensam também nos outros elementos da natureza numa perspectiva mais respeitosa. Como se realiza a ética no âmbito ambiental? Aqui temos dois enfoques. Um *visando o ser humano* diretamente e o outro pensando na vida de *outras espécies*.

Primeiro vou falar do enfoque voltado para o ser humano. A qualidade de vida no espaço urbano (principalmente nas grandes cidades) e no espaço rural é profundamente prejudicada pelos impactos ambientais: poluição atmosférica, poluição dos rios; produção de muito lixo, com a sociedade de consumo; enchentes; escassez de água, seja pelo desperdício, seja pela poluição dos rios entre outros problemas relacionados do meio-ambiente. As ações que possam garantir ética ao meio – ambiente, em linhas gerais, passam por três itinerários. 1-Ações dos indivíduos contribuem para minimizar os impactos ambientais: utilizar a água de forma racional, sem desperdício; não desperdiçar alimento; separar o lixo; rever práticas em sintonia com o consumismo, entre outras ações. 2-Ações do poder público com leis e fiscalização visando garantir que o meio ambiente seja preservado; ações das empresas com propostas de Responsabilidade Socioambiental com diversos projetos que estejam voltados para o equilíbrio ambiental (reutilização da água; uso racional de energia elétrica etc) e ou financiando e apoiando grupos, instituições e entidades que tenham projetos voltados para a questão ambiental. 3-Ações do conjunto de instituições como escolas,

³ Esta pluralidade deve estar ancorada no princípio da tolerância, este, como se sabe, não pode ser concebido de forma absoluta, isto é, não podemos tolerar os intolerantes, porque se o fizermos nutriremos a própria intolerância.

faculdades, entidades de classes, ONG'S, meios de comunicação de massas, igrejas, sindicatos, clubes de futebol e outros esportes, podem contribuir para se propalar a ajudar a construir uma nova cultura voltada para se pensar e agir em prol do meio-ambiente.

O segundo enfoque está ligado a uma perspectiva menos antropocêntrica à natureza, caracterizada pela existência de práticas mais humanizadas para com os animais, que muitas vezes são cruelmente violentados e desrespeitados de forma totalmente desnecessária. De acordo com Singer (2010 apud MÓL & VENANCIO, 2014), “a maioria dos seres humanos é especista” (MÓL & VENANCIO, 2014, p. 09), que é tão somente uma crença na superioridade da espécie humana em relação às outras, por isso as ações antiéticas contra os animais são muito comuns. Sob esta ótica, os exemplos são inúmeros. O mais evidente está ligado aos maus tratos e a total negligência para com os animais domésticos ocorridos frequentemente em nossa sociedade, é comum se encontrar nos espaços públicos cães e gatos totalmente abandonados, doentes e esfomeados. “Ainda hoje, muitos utilizam os animais sem qualquer consideração em relação a eles, que são submetidos a uma dura rotina de trabalho, por vezes privados de descanso, água e comida” (MÓL & VENANCIO, 2014, p. 21). Há também o tráfico e a criação de animais silvestres; é frequente, cruel e fruto de um costume antigo, prender pássaros em gaiolas; outra prática nefasta é a tolerância ao sacrifício e tortura de animais em cultos de religiões afro-brasileiras (Umbanda e Candomblé) etc. A proibição legal da utilização dos animais em circos, “farra do boi” ou briga de galos é bem vinda, porém nem sempre o veto legal consegue barrar tais práticas profundamente cruéis (MÓL & VENANCIO, 2014). Além disso, é tido como normal o abate desumano nos matadouros ou em espetáculos como “pega do garrote” nos rodeios, em que bezerros são vítimas inocentes das “habilidades” dos cavaleiros ou das amazonas. Portanto, porque ser ético apenas com os seres humanos? Sei que esta questão é de difícil solução, haja vista que em muitos aspectos não conseguimos ética para a maioria da população, uma vez que seus direitos de cidadania e os direitos humanos são frequentemente violados.

A Dimensão Cética da Ética

Até agora discorri sobre exemplos de ética extremamente elucidativos e simplistas, vou procurar demonstrar que, quando se fala de ética, nem tudo é tão simples assim. Há situações em que as ações éticas não são de fácil solução, por isso elas podem se enquadrar numa perspectiva cética, porque são impossíveis respostas absolutas para certos dilemas éticos, eles são de difícil solução por possuírem argumentos consistentes e divergentes em ambos os lados. Nesta perspectiva, o pensador francês Edgar Morin (2000) diz que o contrário de uma *grande verdade*, pode não ser o seu oposto (*grande mentira*), mas sim *outra grande verdade*.

Vou iniciar minha reflexão retomando o exemplo que apresentei anteriormente. De acordo com o exemplo, encontrei uma bolsa de minha colega e a devolvi por motivações de justiça... Entretanto, há uma questão bastante complicada ao se afirmar que ação ética é motivada, entre outros elementos, por princípios, como disse anteriormente, isto é, devolvi a bolsa em razão do *princípio da justiça*. Será mesmo? Como ter certeza que meu argumento é ou não verdadeiro? Ao falar que devolvi a bolsa da colega motivado por princípios da justiça, posso mentir dizendo uma coisa quando na verdade pode ter sido outra, o medo, por exemplo, ou o sentimento de culpa. A motivação para minha ação pode ser múltipla e imprecisa, pode ser pelo princípio e, concomitantemente, pelo medo, culpa ou por valores arraigados pelos quais não tenho muita consciência. Enfim, o fato de *dizer* que minha ação tem motivos atrelados aos princípios éticos, não necessariamente garante sua veracidade.

Há outro conjunto de questões muito complicadas acerca da ação motivada por princípios: nossos interesses, sejam individuais, sejam coletivos. Vou formular melhor a questão com uma pergunta. Como saber se minha ação motivada por um princípio não visa determinado objetivo particular ou coletivo? Além disso, a realização de determinado interesse, às vezes implícito às vezes não, torna minha ação ética ou não?

Ainda utilizando o exemplo da bolsa. É perfeitamente possível que eu diga que devolvi a bolsa, motivado por princípios, quando, na verdade, meu objetivo é obter a *aprovação* de minha colega (dona da bolsa), proporcionando-me um *sentimento* positivo de *reconhecimento* por minha ação. Convém deixar claro que nem sempre tal sentimento ocorre de forma consciente. Não vejo

como “menos ética” minha ação ancorada num princípio, mas com influência no *reconhecimento*, que está presente, de forma implícita ou não, consciente e inconscientemente.

Agora quando pensamos questões que envolvem os interesses coletivos, as coisas ficam muito mais complicadas: os interesses podem se apresentar de forma ideológica e, por conseguinte, *quase sempre* inconscientes para aqueles que defendem tais ações, que aparentemente são motivadas por princípios, mas na verdade, defendem interesses de grupos ou classes sociais. Quando isto ocorre, como saber onde está a ação ética? Explico, a seguir, com alguns exemplos.

Um jovem de classe média assassina o seu pai com uma arma de fogo. A advogada contratada para defendê-lo assevera, como fio condutor de sua defesa, que ele cometeu tal atrocidade visando defender a sua mãe, porque ela vinha sendo constantemente agredida por ele no transcorrer dos anos. A motivação da advogada é o princípio da justiça, que é uma motivação ética. Contudo, há um flagrante *interesse* em ganhar a causa. Portanto, por trás do “princípio da justiça” está o forte interesse material e imaterial de ganhar a causa. Então a advogada quis fazer justiça e/ou ganhar a causa (interesse)? Quis apenas ganhar a causa?, ou apenas fazer justiça?. Ademais, como o princípio da justiça (ética) se realiza: *condenando* o jovem assassino, de acordo com a acusação, ou *inocentando* o jovem alegando que o seu ato foi justo à medida que visava proteger a sua mãe?. Há argumentos consistentes para os dois lados, bem como interesses diferentes entre a acusação e defesa. Não vejo saída absoluta para o impasse. Parece-me que a saída *relativa* seria a avaliação neutra do julgador. Em outras palavras, a decisão do juiz pode se *aproximar da justiça* (ou não), mas entendo que não conseguirá colocá-la plenamente em prática, haja vista que sempre paira uma dúvida sobre o que seria ou não justo.

A partir do que disse acima assevero que há inúmeros dilemas éticos impossíveis de resolução, sem que haja incerteza, por isso entendo ser muito mais sensato se adotar uma postura cética, pois é “a incerteza que mata o conhecimento simplista” (MORIN, 2000, p.31). Ou seja, penso que mesmo se nossas ações éticas podem ser motivadas por *princípios, de forma conscienciosa e ancorados num diálogo democrático*, - que é o que, fundamentalmente, difere a ética da moral - nossos *interesses* e nossa *visão de mundo* irão interferir em nossas ações e comportamentos, o que, por conseguinte, não temos meios de obtermos uma decisão irrefutável e absoluta para certos dilemas. Desenvolvo melhor esta ideia com um exemplo a seguir.

Este segundo exemplo é na mesma linha de raciocínio esboçada acima, ele vem dos meios de comunicação de massa. A chamada “grande mídia”, telejornais e jornais escritos, sempre participaram das questões políticas da nossa sociedade, sejam apoiando, sejam criticando determinados governos. Essa “grande mídia” se diz defensora dos ideais democráticos e republicanos, por isso, nos últimos anos ela vem tendo uma participação crucial na chamada luta contra a corrupção em nossa sociedade. Para tanto, - tomando o cuidado de não se cair numa generalização simplificadora - vem desqualificando e tecendo duras críticas aos governos de esquerda em nosso país, alegando que os profundos desvios de recursos do Estado foram sistematicamente orquestrados por partidos dessa matriz ideológica. Sua conduta (combate a corrupção) é tida como ética, visto que é motivada por *princípios de justiça* (condenar os corruptos) ancorada em valores do bem comum, que é um preceito do espírito republicano. As coisas não são tão simples assim. Se analisarmos os meios de comunicação, sob a ótica da esquerda, chegaremos a outros resultados, isto é, a “grande mídia” não seria nada ética, uma vez que ela é injusta e nada democrática. Injusta por não ser minimamente imparcial, ou seja, tudo aquilo que é pernicioso para a sociedade, mas tem a ver com os seus interesses, ela defende. Vou direto ao ponto. A “grande mídia” é constituída de empresas que defendem os seus interesses.

Eis alguns exemplos. Por um lado, a “grande mídia” defende que a atual crise econômica necessita de profunda reforma fiscal do Estado, em que o exemplo mais visível é a Reforma da Previdência. Contudo, ela fica muda quanto ao montante de recursos que são drenados para os bancos por meio dos estratosféricos juros da dívida pública. Como ela vai criticar os bancos, se eles são seus principais anunciantes? Como denunciar os preços altíssimos dos carros cobrados no país, se as montadoras são também seus anunciantes? Aliás, segundo o sociólogo Jessé Souza (2016), as altas taxas de juros e os preços exorbitantes dos carros e outros bens não poderiam ser considerados corrupção? E os inúmeros privilégios de uma parte do funcionalismo público – judiciário e a classe política são os mais notórios - amparados na lei, não podem ser considerados corrupção, uma vez que

corrompe os princípios da justiça? Por outro lado, é de se questionar se os princípios de democracia (princípios éticos) são efetivados por intermédio dos meios de comunicação. Sob esta ótica, os meios de comunicação não seriam nada democráticos, porque não contemplam a pluralidade em termos de *visão de mundo* da sociedade. Isto é, não há a garantia de visões diferentes e plurais: onde está a visão dos intelectuais? Dos movimentos sociais? Da comunidade LGBT? Das entidades sindicais? Das periferias? Dos índios? Dos Sem Terra e Sem Teto? Dos trabalhadores do campo e das cidades?. Democracia se faz com possibilidades iguais de se apresentar as múltiplas visões acerca da realidade. Se a mídia é parcial e todo o resto da sociedade também é, deve-se contemplar para existir democracia as múltiplas parcialidades, assim é a democracia.

Também há um questionamento sobre a ética na mídia quanto às inúmeras denúncias de corrupção envolvendo políticos, principalmente da esquerda. Tais denúncias, segundo a “grande mídia”, revelam sua postura ética no instante em que contribui no combate à corrupção. Esta visão não é consensual. Será que a divulgação excessiva de indícios de corrupção não leva a condenação *a priori* do denunciado, o que não é justo e, obviamente, ético? Diz o repórter Caco Barcellos (2011): “Há colegas que divulgam sem sequer checar o outro lado, sem fazer uma apuração mínima, antes de saber se há procedência ou não na acusação”. Enfim, como conciliar os diferentes pontos de vista, os da grande mídia com os da esquerda? Quem atua tendo como fundamento a ética? A esquerda ou a direita? Quais valores devem ser mais importantes, os da igualdade ou os da liberdade? A esquerda enfatiza da igualdade, a direita prioriza liberdade. Que visão está mais voltada para ética, a dos juristas (juízes, promotores...) ou a dos sociólogos?. Quais valores *podem* ou *não* serem éticos, os dos jovens ou os dos mais velhos?. Isso sem falar nos diferentes *campos* no sentido de Bourdieu (1983): político, econômico, justiça, acadêmico, cultural, jornalístico etc. Quem está certo quando tivermos um dilema ético? A ação ética está de qual lado? Minha resposta é que não temos como saber definitivamente. Há argumentos interessantes para os dois lados. É nesse sentido que apresento uma visão cética, uma vez que a dúvida está mais presente do que a certeza. Portanto, a rigor, *em vários dilemas éticos* somente pode existir ética com a postura cética, porque se a ética for fechada e absoluta ela se transforma em dogma, se aproximando da moral. A moral apesar de relativa – como disse anteriormente – tem um caráter dogmático para quem se submete a ela, se contentando com a tranquila certeza, ao invés de se cultivar a desconfortável dúvida, que quase sempre é mais sensata e, portanto, mais próxima da ética.

Considerações Finais

No início deste artigo defini moral, baseado na visão de Durkheim (1994), a partir da sociedade e não do indivíduo. Ocorre, contudo, que não podemos prescindir neste aspecto o agir do indivíduo, ou seja, a moral se apresenta de forma coercitiva, da *sociedade* para as ações do *indivíduo*. Assim, as ações motivadas pela moral se impõem aos indivíduos de forma *mais rigorosa* por intermédio dos papéis sociais, uma vez que implica em obrigações morais, ou seja, “quando desempenho meus deveres de irmão, de esposo ou de cidadão” (Durkheim, 1995, p. 46). Os papéis sociais tem uma *força coercitiva* e estão ligados aos valores morais da sociedade e quase sempre são *pré-reflexivos*. É como se os valores morais expressos nos papéis sociais fossem mais *exigidos* e *cobrados* por quem os exerce. Por exemplo, não há nenhuma cobrança para que cuidemos de pessoas desamparadas moradoras das ruas, o que não ocorre quando se refere aqueles que são membros de nossa família, isto é, no papel de pai ou mãe temos o *dever moral* de cuidar dos filhos, o mesmo ocorre quando exercemos o papel de filho: por dever moral cuidamos de nossos pais.

Há uma questão de difícil solução concernente ao conceito *Moral Ética*. Este conceito procura ressaltar a sintonia entre os *princípios éticos* e as *ações motivadas pela moral*. Falei anteriormente dos dilemas éticos, entretanto, é possível ocorrer também dilemas em ações motivadas pela moral, isto é, mesmo a ação sendo pré-reflexiva – por isso moral – ela pode conter também dilemas de difícil solução. Se na *Moral Ética* há uma *aproximação* com os princípios éticos (Justiça, Liberdade, Solidariedade etc), nem sempre é tão claro onde podemos encontrar tais princípios. Utilizo como exemplo o princípio da justiça. Imaginem dois amigos, um gerente de uma loja e o outro candidato para uma vaga nesta loja. O candidato à vaga de emprego fez um determinado favor para o seu amigo, o gerente da loja. Nesse sentido, por *razões morais* o gerente *deve* um favor para o seu amigo, e seria justo ele *retribuir* o favor. Ocorre que o gerente não o contrata, pois apesar de ser

seu amigo, ele não é competente para o cargo. Assim, como dizer se houve ou não o princípio da justiça?. Para o gerente, *houve justiça* porque não é justo contratar alguém não qualificado (seu amigo) em detrimento de outros candidatos. Todavia, para o candidato *não houve justiça*, porque o gerente não retribui o favor por ele prestado. Penso que este dilema é o mesmo estudado pelo antropólogo Roberto DaMatta (1986) ao asseverar que convivem duas “éticas” contraditórias em nossa sociedade: a ética individualista e a ética relacional. A primeira faz parte do universo legal burocrático em que a impessoalidade e a igualdade são enfatizadas; enquanto que a ética relacional evoca as relações tradicionais, em que os vínculos de amizade e parentesco acabam influenciando nas decisões dos indivíduos.

O conceito de *Ética Plena Ideal* é, a rigor, inatingível, porque se trata de condições ideais para a efetivação da ética. Porque criar um conceito inexequível do ponto de vista prático? Ora, a importância é tão somente analítica: é necessário conceber uma situação ideal para que tenhamos parâmetros para analisarmos a dimensão real. Isto não é uma invenção minha. Inúmeros outros autores se utilizam deste expediente. Habermas (1989), por exemplo, ao defender sua ética comunicativa, ele o faz a partir de “situações dialógicas ideais, livres de coerção e violência” (FREITAG, 1989. p.37), ou seja, situações nem sempre condizentes com a vida prática.

Os aspectos *transindividuais* da ética necessitam de um esclarecimento, porque quando os apresentei disse que faria breves comentários lacônicos. Minha proposta é chamar a atenção para concepções sobre ética apenas atreladas no *agir dos indivíduos*, depreciando as condições sociais, econômicas, culturais e ambientais que são tão importantes no âmbito da ética quanto o agir dos sujeitos. Desta forma, entendo que os referidos aspectos *transindividuais*, na forma lacônica que os apresentei são simplistas, visto que necessitam uma análise mais profunda, mas meu objetivo era de ressaltar tais aspectos e não aprofundá-los.

Quanto à dimensão cética da ética, convém fazer um breve comentário. Talvez a postura cética resvale numa perspectiva imobilista e relativista, haja vista que todo argumento pode ou não estar correto, não temos nenhum parâmetro absoluto para defendermos tal ou qual posição, por isso tudo poderia ser válido, ser ético. Penso que não. Minha proposta cética da ética é na perspectiva exatamente contrária, ou seja, de não nos acomodarmos com a unilateralidade de certas respostas, mas estimularmos o ímpeto questionador e inovador situados no âmbito da ética. Por isso, a dimensão cética não nega a possibilidade da ética, mas a coloca num plano não dogmático, onde a dúvida, mesmo cultuada, não nega à reflexão, o debate, a consciência e a responsabilidade do agente ético, que deve contemplar o indivíduo sem se esquecer do coletivo.

Referências

BARCELOS, Caco. **Entrevista de Caco Barcelos no Programa “Em Pauta” da Globo News**, Rio de Janeiro, 20/09/2011.

BUARQUE, Cristovam. **A Revolução nas Prioridades**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. **Admirável mundo atual**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

COMTE-SPONVILLE. **O capitalismo é moral?**. São Paulo: Martins Fontes, 2005,

CORTELA. Mario Sérgio. **Não se desespere. Provocações filosóficas**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia**. Org. José Albertino Rodrigues. São Paulo: Ática, 1994.

FREITAG, Barbara. A questão da moralidade: da razão prática de Kant à ética discursiva de Habermas. **Revista Tempo Social**. São Paulo, vol.1 no. 2, July/Dec. 1989. Disponibilidade: <http://dx.doi.org/10.1590/ts.v1i2.84764>. Acesso: 3 de set. 2017.

GIKOVATE, Flávio & JANINE, Ribeiro. **Nossa sorte, nosso norte. Para onde vamos?** Campinas, SP: Papirus 7 mares, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **A política e o Estado moderno**. Trad. Luiz M.G. .2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Trad. Edgar Malagodi. São Paulo: Abril 1999.

MÓL, Samylla & VENANCIO, Renato. **A proteção jurídica aos animais no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

MORIN, Edgard. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; 2. ed. – São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Imaginário e dominação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro: 1978

SARTI, Cyntia. **A família como espelho**. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: Leya, 2016

Recebido em 24 de outubro de 2018.

Aceito em 18 de dezembro de 2018.